

UMA ESCOLA MAIS BELA, ALEGRE E PRAZEROSA

PAULO ROBERTO PADILHA¹

Anecessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita a distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas.

Transformar a experiência educativa em algo puramente técnico é amesquinhar o que há de mais fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.

O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser. Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade.

Paulo Freire, 1997

A razão nos dá a capacidade da análise, enquanto o coração a de participar.

Coisas tão fundamentais como a felicidade não encontram eco maior na ciência, mas podem ser realçadas e realizadas pela sensibilidade à flor da pele, capaz de emprestar ao ser humano dimensão muito mais ampla e solidária.

Ao mesmo tempo, a arte liga-se à cultura e, como patrimônio histórico, guarda sempre o sentido profundo do cuidar em torno das identidades (...)

Arte e cultura são, em si mesmas, provas definitivas da mudança, da capacidade de aprender, mas não se descolam da história, do lugar, do contexto. Mal entendidas, podem puxar para trás, mas, bem entendidas, iluminam o futuro e mantêm o humano.

Pedro Demo, 2000

Ao pensarmos na Escola Cidadã visualizamos diretamente a possibilidade de construirmos ou de reconstruirmos uma instituição educacional mais bela, alegre, prazerosa, feliz, democrática, participativa e autônoma. Mas logo surgem duas questões que precisamos responder. A primeira, refere-se a como evitar o equívoco de falarmos em escola democrática e participativa apenas com a criação de Colegiados Escolares. Perguntamo-nos, por exemplo, como o Conselho de Escola (CE) – este colegiado normalmente formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, que decide sobre aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e comunitários da escola – pode contribuir para a autonomia da escola. A outra pergunta é sobre quais seriam as características da Escola Cidadã que nos permitem afirmar que ela é uma escola mais bela, alegre e prazerosa e como isso pode influenciar na construção do seu projeto político-pedagógico.

Em relação à primeira questão, o Professor Moacir Gadotti, em seu livro intitulado *Pedagogia da Práxis* (1995), afirma que o Conselho de Escola não pode ser o único instrumento de democratização na escola e deve estar inserido num plano estratégico mais amplo. Um plano que, poderíamos completar, incluiria, por exemplo, a eleição direta do dirigente escolar mediante o acompanhamento efetivo da sua comunidade para que evitemos que esta proposta se torne um processo viciado e que se transforme em mais uma máscara democrática na escola. Outra pergunta diretamente relacionada a esta é a de como viabilizar numa rede ou num sistema municipal, estadual ou federal de ensino a gestão democrática efetivamente participativa? Algumas respostas a estas questões, que abaixo sintetizamos, apresentam-se nas obras sobre as quais nos fundamentamos. Veja-se, por exemplo, o livro organizado por Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão, intitulado *Autonomia da Escola: princípios e propostas* (São Paulo, Cortez/IPF, 1997), além dos livros *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola* (Padilha, Paulo Roberto. São Paulo, Cortez/IPF, 2001) e *Aceita um Conselho? Como organizar os colegiados escolares* (Antunes, Ângela. São Paulo, Cortez/IPF, 2002).

Criar Conselhos de Escola não basta. Nem tampouco supor que eles funcionarão por si só, independentemente da criação de outros espaços de participação e de convivência na escola, relacionados sobretudo ao trabalho pedagógico nela desenvolvido. Da mesma maneira que institucionalizar, por exemplo, a eleição de diretores, não garante por si só a mudança de práticas autoritárias, anti-democráticas e centralizadoras, que inviabilizam uma gestão da escola mais democrática, aberta e coletiva da escola.

Entendemos que institucionalizar o Conselho de Escola é um passo importante, mas precisa ser uma medida acompanhada de ações concretas tanto da escola quanto das redes ou sistemas de educação. Isso significa a necessidade

da definição de uma agenda permanente de formação e de valorização das iniciativas dos membros deste e dos outros colegiados escolares – Grêmios Estudantil (GE) e Conselhos de Classe (CC), por exemplo. Pouco adianta formar sem criar as condições concretas para apoiar o trabalho dos mesmos. Se isso acontece, as propostas de ação desses colegiados são frustradas e, ao invés de contribuírem para transformar e potencializar novas iniciativas, acabam desanimando e criando um clima de pessimismo na escola, que só aumenta as resistências, o desânimo e as desistências, sempre presentes num processo de mudança.

Formar os membros desses colegiados para estruturar e conhecer, por dentro, como funciona a escola e os próprios conselhos, significa convidar e não convocar para o envolvimento e para a convivência com os mesmos. E um primeiro cuidado a se ter para viabilizar este processo, é procurar trabalhar na dimensão de uma organização que se preocupe em garantir a **satisfação** do envolvimento, porque sem prazer ninguém se envolve efetivamente. A gestão democrática só acontece dentro da ética do companheirismo, ética esta que implica na relação interpessoal, dialógica e solidária. Conforme nos fala Georges Snyders “ousar proclamar a escola, o que eu ousaria chamar, às vezes, de ‘minha escola’, como lugar de satisfação, a escola partindo para a conquista da satisfação”²

É muito difícil trabalhar com alguém que se sente obrigado a comparecer e que não sinta prazer em estar presente. Certamente existem muitas obrigações a serem cumpridas e limites que devem ser estabelecidos dentro da instituição escolar, mas num processo de formação, no qual se pretende orientar os diversos segmentos para o exercício da democracia ativa, visando a uma ação articulada com a comunidade escolar, interna e externa, é muito melhor trabalhar na perspectiva da “satisfação e co-responsabilidade com a elaboração do nosso projeto” do que com a idéia de que “somos todos obrigados a realizar e a participar do projeto da escola”.

Quando a escola consegue criar, aos poucos, uma ambiência favorável ao trabalho coletivo, alcançada através do esforço democrático e criativo, em que as atribuições de cada segmento escolar são claramente compreendidas por todos porque todos vão compreendendo o sentido prazeroso de se construir juntos uma gestão pública da escola, ela vai formatando a sua autonomia, sempre relativa. Autonomia aqui entendida como conquista (Pedro Demo) e não doação de alguém para outro alguém ou de uma instituição para outra.

O envolvimento com satisfação num projeto qualquer e, principalmente, no projeto político-pedagógico de uma escola, depende da criação de vários espaços e tempos para que ele aconteça – espaços e tempos para encontros, festas, reuniões, confraternizações, passeios, estudo etc – e do estabelecimento de

relações democráticas, de confiança e de comprometimento com um planejamento que vai se realizando e com o projeto que se pretende construir. Nesse sentido, estamos ao mesmo tempo realizando o planejamento da escola, que para nós significa um processo para “evitar o improviso, prever o futuro, estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, especialmente quando garantimos a socialização do ato de planejar”³. Ao mesmo tempo em que planejamos, não deixamos de considerar que o nosso grande objetivo é sermos alegres e felizes, porque o momento para sermos felizes é agora. De acordo com um ditado inglês, lembrado por Georges Snyders (1988), o lugar para ser feliz é aqui. Por isso dizemos sempre que a construção de uma Escola Cidadã é um processo pedagógico em si mesmo, pois ao mesmo tempo em que antecipamos o futuro, estamos vivendo o presente.

A criação, na escola, de uma ambiência democrática e dialógica, gradualmente ascendente e mais ampla, que envolva a todos os segmentos na definição do seu projeto político-pedagógico e de sua proposta pedagógica, altera a sua dinâmica e o seu fazer cotidianos. Isto ressignifica o trabalho pedagógico para professores, alunos e demais funcionários que ali convivem diariamente e que vivenciam concretamente o currículo daquela instituição. Mas como começar este trabalho? Uma possibilidade para alcançarmos este objetivo é considerarmos a “Escola como jardim”. Para Moacir Gadotti, isto significa uma escola visualmente bonita, bem cuidada, festiva, alegre e feliz. Aqui já entramos na dimensão da segunda pergunta que anteriormente apresentamos, ou seja, como é possível tornar esta instituição realmente mais feliz? Nessa direção, *saber cuidar* (Boff) é pressuposto inicial e básico para a transformação e melhoria da escola que sonhamos e estamos construindo.

Existem várias formas de considerarmos a alegria na escola. O filósofo Georges Snyders, já citado anteriormente, quer encontrar a alegria na escola

no que ela oferece de particular, de insubstituível e um tipo de alegria que a escola é única ou pelo menos a mais bem situada para propor: que seria uma escola que tivesse realmente a audácia de apostar tudo na satisfação da cultura elaborada, das exigências culturais mais elevadas, de uma extrema ambição cultural. (Snyders, p. 13)

Esta dimensão da alegria que propõe a transformação dos conteúdos culturais é, sem dúvida, fundamental que seja considerada. Mas vamos mais além, pensando também nas alegrias da vida cotidiana, reconhecendo na “cultura primeira”, como faz Snyders, o seu enorme valor, porque mobilizadora de outras manifestações culturais. Ou seja, concordamos que a alegria não deve ficar no nível do elementar, conforme afirma aquele autor, mas devemos necessariamente vivenciá-las também, prazerosa e criticamente, para que possamos reinventar, na somatória das diferentes culturas, a nossa própria expressão cultural. Por isso

defendemos, por exemplo, a criação na escola de espaços para as relações interculturais, que respeitam a diferença na convivência direta e intensa delas, sem subordinação de uma cultura sobre a outra.⁴

Entendemos que escola bem cuidada é aquela onde convivem pessoas que, em primeiro lugar, cuidam-se enquanto seres humanos, individual e coletivamente. Pessoas que se valorizam, que estão sempre ou quase sempre motivadas e que são capazes de se organizar em torno de desejos comuns. Quem gosta de freqüentar uma escola suja, feia, depredada, pichada, com mal cheiro, cheia de muros e de grades? Que prazer sentimos em adentrar numa escola assim? Nesse sentido, sentir-se bem na escola exige inicialmente a preocupação com a sua estrutura física, com a conservação das suas dependências e diferentes espaços como o seu jardim, as suas possíveis áreas livres e áreas esportivas para que alunos, professores e comunidade possam ocupar, freqüentar e explorar prazerosa e pedagogicamente. Quanto menos cimento melhor. E se a escola não conta com estes espaços, nestas condições, razão maior possui para que se dedique a reivindicá-los, a lutar por eles e, por conseguinte, a conquistá-los. Nenhuma conquista ou mudança fundamental acontece gratuitamente, sem esforços, sem luta e sem conflito. Aí está a dimensão política do ato educativo.

Para alcançarmos os objetivos aos quais estamos nos referindo desde o início desta reflexão, uma proposta importante é a realização de Festas da Escola Cidadã, entendidas como momentos de descontração, de alegria, de encontro e de resgate da cultura popular, que podem se traduzir em atividades potencializadoras de processos altamente pedagógicos. As festas podem favorecer, por exemplo, um trabalho contínuo de avaliação e de reconstrução do próprio projeto de vida, de escola, de cidade ou de sociedade da equipe escolar, que é convidada a refletir e a observar as diferenças pessoais, grupais ou institucionais ali presente. Demandas permanentes e esporádicas da comunidade, dos jovens que estão dentro e fora da escola, também podem ser mobilizadas e registradas nas festas, o que facilita a aproximação da comunidade com a escola e melhora as relações pessoais e interpessoais, dentro e fora dela. Com isso, as festas contribuem com a criação de novos espaços relacionais, criativos e aprendentes, mais do que transmissores, reprodutivos e ensinantes.

Nos referimos à festa como a “festa-do-povo, em que o povo é dono de sua festa, nela se expressa livremente, (em que) sua condição de oprimido é trabalhada pedagogicamente e são anunciadas possibilidades de uma vida que ainda não existe” (Ribeiro Júnior, Jorge Cláudio Noel. *A festa do povo pedagogia de resistência*. Petrópolis, Paulo, Vozes, 1982:42-43). A festa é aqui entendida como “ritual tradicional, de inculcação dos princípios pedagógicos elaborados pela cultura do povo e que forma um *habitus-de-ser-povo*” (idem). Portanto, ela desenvolve uma certa “pedagogia social”, uma ação pedagógica não pasteurizada,

um fazer solidário no qual o povo encontra alternativas de solução para os seus problemas e que, portanto, nesse mecanismo social, se fortalece vivenciando a solidariedade, conforme as palavras do Prof. Jorge Cláudio.

Como se pode observar, estamos falando de uma educação que acredita na formação plena da pessoa e que por isso a respeita como tal e valoriza a cultura daqueles e daquelas que ajudam a transformar a sociedade em que vivem, porque sujeitos curiosos que significam e ressignificam as suas práticas cotidianas de reconstrução permanente do conhecimento.

Cabe às redes ou aos sistemas municipal, estadual ou federal de ensino (e diríamos, de aprendizagem), atualizarem-se enquanto organizações democráticas que desejam viabilizar a transformação, a mudança das suas escolas. Por isso, precisam readequar as suas próprias estruturas, muitas vezes burocráticas. Os tempos e espaços escolares e pedagógicos passam a ser repensados com base nesta nova lógica, a partir desta nova dialogia, que admite não mais uma única forma de organização nem de aprendizagem e respeita o ritmo de cada pessoa, bem como o ritmo de cada escola.

A escola é também e sobretudo espaço da amorosidade.

A minha abertura ao querer bem significa a minha disponibilidade à alegria de viver. Justa alegria de viver, que, assumida plenamente, não permite que me transforme num ser 'adocicado' nem tampouco num ser arestoso e amargo". A atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre por natureza (...) Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (Freire, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997:160).

A Escola Cidadã mais amiga, companheira, bonita, alegre e prazerosa da qual estamos falando, está sendo construída e permanentemente reconstruída com base na ousadia, na criatividade, na vontade, no desejo e na ação política de pessoas comprometidas com a educação do presente e do futuro, sujeitos concretos e históricos que desafiam o imobilismo, que não se conformam diante do descaso com a coisa pública, que buscam sem cessar repensar as suas próprias práticas e que são conscientes e críticos na sua cotidianidade. Esta escola investe, como já dissemos, na educação permanente e continuada, consubstanciada numa política de formação voltada para a práxis dos docentes e dos demais segmentos escolares, já que todos necessitam de educação durante toda a vida, não só o professor, nem só a direção escolar ou as equipes técnicas e pedagógicas.

Sem recursos humanos, financeiros e materiais não se faz a Escola Cidadã. E muito menos sem decisão democrática sobre a gestão desses recursos e sem vontade política dos diferentes sujeitos que optam pela sua construção nos

diferentes níveis de decisão sobre política educacional. É muito comum assistirmos às promessas de mudança de uma escola meritocrática e excludente, para uma escola efetivamente democrática e cidadã, portanto incluyente. A diferença entre as duas está, muitas vezes, tanto na dotação orçamentária como na própria metodologia utilizada para a definição do orçamento. No primeiro caso, a decisão sobre o orçamento é geralmente centralizada e descendente enquanto que, no segundo, ela é descentralizada e ascendente. O que se costumou chamar de *Movimento da Escola Cidadã* (IPF) contribui, justamente, para que fiquemos atentos a estas e a outras experiências, permitindo-nos avaliar e refletir sobre elas nos seus êxitos e avanços, como também sobre os seus eventuais fracassos e recuos.

Uma outra idéia fundamental nesse processo do movimento da escola cidadã é que estejamos sempre provocando o encontro da cultura com a comunicação, com o diálogo e, portanto com a educação. Superar a dicotomia educação formal e informal. Até porque a educação é feita por grupos que estão dentro e fora da escola.

Por outro lado, no sentido da avaliação anteriormente citada, é que o Conselho de Escola, o Conselho de Classe e o Grêmio Estudantil se transformam em instâncias articuladoras de todo este processo, mas não as únicas capazes de decisões democráticas. Nesta ação comunitária a escola acaba descobrindo novas organizações coletivas na comunidade, que já desenvolvem ações que vêm ao encontro daquelas propostas por esta instituição escolar democrática e participativa quanto à gestão, pública e comunitária quanto à destinação e estatal quanto ao financiamento. E completamos: bela, alegre e prazerosa quanto às suas vivências e experiências.

Falamos de uma escola viva, festiva, séria, ética e esteticamente ressignificada. Ela considera o conhecimento historicamente acumulado fundamental para o crescimento do ser humano e possibilita a revisão também histórica, pelos diversos sujeitos educacionais, com base nos contextos em que vivem, numa dimensão local e ao mesmo tempo planetária. Por isso falamos de *Ecopedagogia* (Gutierrez), de *Pedagogia da Terra* (Gadotti), de *Pedagogia da Sustentabilidade* (Antunes), de *Pedagogia do Encontro* (Padilha) e da existência de um *Currículo Intercultural* na escola. É esta a educação do futuro que já estamos praticando e solidariamente vivenciando.

A Escola Cidadã “vive a experiência tensa da democracia” (Paulo Freire) e compartilha as diferentes emoções do encontro entre as pessoas, sempre respeitosa com a cultura delas, um respeito que integra e viabiliza a troca de experiências, ao invés de isolar, afastar e apenas diferenciar. Uma escola onde educadoras e educadores, educandas e educandos, rejuvenescem permanentemente na percepção, no contato e na troca de experiências com o

outro, porque eternos aprendizes, sujeitos ao mesmo tempo individuais e coletivos, a favor de uma escola criativa, ousada, democraticamente organizada. É uma “escola de comunidade e de companheirismo”, como afirmou Paulo Freire. É uma instituição escolar, por isso mesmo, integrada e inteirada com a sua comunidade, com a sua cidade, com o seu país, com o mundo em que vive: por isso uma escola movimentada, cheia de eventos, de encontros, de gente que quer aprender e ensinar de forma dinâmica e feliz.

Escola do encontro, do diálogo comunicativo e interativo entre as pessoas que, juntas, reconstruem no cotidiano a sociedade que todos buscamos: mais justa, solidária, ativa, participativa, alegre, dinâmica e esperançosa porque possui um projeto de mudança que visa à emancipação humana e a retomada do respeito à natureza e a todas as formas de vida existentes no planeta.

Como começar esta transformação na escola, visando ao seu projeto político-pedagógico? Invertendo o que geralmente tem sido proposto, um caminho possível é iniciarmos organizando e provocando os diferentes encontros e vivências na escola, aos quais já nos referimos. De acordo com o ritmo de cada unidade escolar e de cada comunidade. Respeitando o seu tempo e o seu espaço, a sua experiência e o seu sonho, incentivando a realização das festas populares na escola e as diferentes manifestações artísticas, sejam elas manifestações culturais ou então processos de educação e formação continuada (tipo oficinas). Eventos tais como festivais de música, festas populares, potencializando na escola e na comunidade, por exemplo, teatro crítico, grupos folclóricos, manifestações da cultura local, trazendo a comunidade para dentro da escola, reuniões de discussão dos problemas do bairro, chamamento de todos a contribuir com a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em que vivemos, realizar mutirões de limpeza, de coleta e seleção do lixo, construir jardins e hortas na escola e na comunidade, trabalhar com projetos de vida, com os ciclos de vida, criar situações de encontro e de mobilização comunitária, incentivar cursos na escola demandados pela comunidade e patrocinados pelo Estado em parceria com a Sociedade Civil etc.

E ao vivenciarmos estas e outras experiências, realizarmos processualmente a sistematização das mesmas, para que possamos contar e registrar, de forma simples, o vivido. Ou seja, durante e depois do fazer, escrevermos sobre a experiência, de forma bem simples, descritiva, tentando responder basicamente a algumas perguntas, tais como: O que, com quem e como nos organizamos para fazer o que fizemos? O que foi mais fácil ou mais difícil? O que planejamos e não conseguimos fazer? Por quê? O que não planejamos e acabamos fazendo? Quais os conflitos que vivenciamos? Quais os avanços e eventuais retrocessos? O que aprendemos e o que ensinamos? E, fundamentalmente, quais as descobertas mais significativas da experiência, quais os problemas que precisamos enfrentar e

resolver, o que desconhecíamos na comunidade que agora já sabemos? Quais as sensações, as emoções? O que deu mais prazer e mais medo? E como conseguimos superar as dificuldades e os problemas surgidos? Quais os nossos maiores êxitos? O que devemos fazer de novo e o que não vale à pena repetir?

Ao respondermos às questões acima, estaremos também nos preparando para a escrita do projeto político-pedagógico da escola e reunindo elementos concretos, contextualizados e sobretudo vivenciados sobre como está a nossa escola, como está relação da escola com a comunidade, o que precisamos mudar para melhorar a escola, de que mundo queremos fazer parte, que mundo e que escola queremos para nós, para os nossos filhos e para as futuras gerações? Aí, sim, teremos dado os passos iniciais e criado as condições para a definição dos princípios, das diretrizes e das propostas de ação do nosso projeto de escola, de cidade, de sociedade e de mundo. Teremos nas mãos, no coração e na mente matéria-prima suficiente para a construção de uma Escola Cidadã que é catalisadora da vida social e, portanto, mais bela, alegre e prazerosa.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ângela 2002 e *Aceita um Conselho? Como organizar o colegiado escolar* (São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire).
- Antunes, Ângela 2002 *Leitura do Mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da Sustentabilidade*. Tese de doutoramento. São Paulo, FE-USP, 2002.
- Antunes, Ângela & Padilha, Paulo Roberto *Projeto político-pedagógico, leitura do mundo e a festa da escola cidadã* (São Paulo: Instituto Paulo Freire) Mimeo. 13.
- Boff, Leonardo 1999 *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra* (Petrópolis: Vozes).
- Demo, Pedro 2000 *Saber Pensar* (São Paulo: Cortez/IPFD).
- Freire, Paulo 1997 *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (São Paulo: Paz e Terra).
- Gadotti, Moacir 1995 *Pedagogia da Práxis* (São Paulo: Paz e Terra).
- Gadotti, Moacir 2000 *Pedagogia da Terra* (São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis).
- Gadotti, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio 1997 (Org.) *Autonomia da Escola: princípios e propostas* (São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire).
- Gutierrez, Francisco & Prado, Cruz *Ecopedagogia e cidadania planetária* (São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire).
- Padilha, Paulo Roberto 2002 *Pedagogia do Encontro: relações interculturais na escola. Tese de doutoramento (em andamento)* (São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1999-2002).
- Padilha, Paulo Roberto 2001 *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola* (São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire).
- Ribeiro Júnior, Jorge 1982 *Cláudio Noel. A festa do povo pedagogia de resistência* (Petrópolis, Paulo: Vozes).
- Snyders, Georges 1988 *A alegria na escola* (São Paulo: Ed. Manole).

NOTAS

- 1 Mestre e Doutorando da Faculdade de Educação da USP, diretor pedagógico e coordenador do Movimento da Escola Cidadã do Instituto Paulo Freire.
- 2 Conforme Snyders, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo, Ed. Manole, 1988:14).
- 3 Conforme Padilha, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo, Cortez/IPF, 2001:45).
- 4 Mas esta é uma outra discussão, que estamos fazendo em nossa tese de doutoramento intitulada provisoriamente de “Pedagogia do Encontro: relações interculturais na escola (FE-USP, 1999-2002), que não conseguiríamos aprofundar nos limites destas páginas.